

POLITICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Wercy Rodrigues Costa Jr.¹

RESUMO: Este artigo discute a relação entre políticas públicas educacionais e o neoliberalismo. A narrativa neoliberal, que supõe a produção e a reprodução de valores, imagens e idéias, precisa de veículos eficientes para sua efetivação. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os processos sociais mais abrangentes de reprodução e os processos educacionais encontram-se intrinsecamente unidos. A educação, desta forma, apresenta-se como uma peça indispensável para legitimar o mecanismo de acumulação do capital ao estabelecer, por meio de consensos, terminologias e categorias próprias, a reprodução do injusto sistema de classes. Em vez de se manifestar como um instrumento eficaz para a mudança, fornece os meios e o pessoal necessários à maquinaria produtiva em expansão no sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: educação, políticas públicas, neoliberalismo, capitalismo.

ABSTRACT: This article argues the relation between educational public politics and the neoliberalismo. The neoliberal narrative, that assumes the production and the necessary reproduction of values, images and ideas of efficient vehicles for its achievements. In this perspective, it can be said that the more including social processes of reproduction and the educational processes meet joined intrinsically. The education, in such a way, if presents as an indispensable part to legitimize the mechanism of accumulation of the capital when establishing by means of consensuses, proper terminologies and categories, the reproduction of the unjust system of classrooms. Instead of if revealing as an efficient instrument for the change, it supplies to the necessary ways and the staff to the productive machinery in expansion in the capitalist system.

KEYWORDS: education, public politics, neoliberalismo, capitalism.

Introdução

Vivenciamos um amplo processo de redefinição global das esferas política, pessoal e social, no qual complexos e eficientes mecanismos de

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestrando em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco, na linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente. *E-mail:* wercyjr@yahoo.com.br

representação e significação são utilizados para criar e recriar um ambiente favorável à perspectiva social e à política neoliberal. Mais do que a reestruturação das esferas econômica, política e social, o que está em jogo é a redefinição e a reelaboração das próprias formas de significação e representação social. A estratégia neoliberal de conquista hegemônica extrapola o campo educacional, embora ocupe sempre destaque, pois a educação e as políticas educacionais dependem das características e do poder dos grupos hegemônicos e não só das condições políticas de uma conjuntura histórica.

Esse processo de reestruturação citado acima deve ser entendido como uma nova fase do capitalismo. A partir da década de 1970, o mundo passou a presenciar uma crise do modo de produção capitalista, que levou a transformações na produção da vida material objetiva e subjetiva. Tais mudanças “ocorrem na esfera do Estado, da produção, do mercado e também no âmbito ideológico-político-cultural, em consequência dos processos de Reestruturação Produtiva, da Globalização e do Neoliberalismo” (PERONI, 2006, p.11). A crise estrutural do capital - que no auge do fordismo² e do keynesianismo³ manifestaram um período próspero de acumulação de capital impulsionam, entre os anos de 1970 a 1990, uma gama de mudanças sócio-históricas capazes de afetar substancialmente a estrutura social. Assim, a implementação de um vasto processo de reestruturação do capital afeta de forma contundente o mundo do trabalho, ao alterar profundamente a maneira com que se encontra organizada a classe dos trabalhadores assalariados. Antunes (2000, p. 23) ressalta que essas modificações foram tão intensas que a

² Conjunto de métodos de racionalização de produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até o transporte dos seus produtos. Para reduzir os custos a produção, deveria ser em massa e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado e cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. Para garantir a elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas (SENDRONI, 2002, p. 250).

³ Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não atinge a totalmente a autonomia da empresa privada e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução das taxas de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30 até o início da II Guerra Mundial (SENDRONI, 2002, p.324).

“classe-que-vive-do-trabalho” viveu a mais intensa crise do século, uma vez que tanto a materialidade como a subjetividade foram afetadas, transformando o modo de ser dessa classe. Nesse contexto, o mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, assim como nas formas de representação política e sindical, também sofreu transformações profundas.

Nessa perspectiva, a educação se apresenta como um veículo eficaz de efetivação das exigências do modelo neoliberal, pois, como ressaltam Gentili e Silva (1995), há estratégias específicas para a educação institucionalizada. E é essa relação entre política educacional e modelo neoliberal, no contexto do modo de produção capitalista e do processo da globalização, que pretendemos analisar neste texto.

Política educacional no contexto do capitalismo e do neoliberalismo

O liberalismo – ainda que seja uma palavra ambígua no vocabulário econômico e político – designa uma filosofia política, fundada no valor da liberdade individual, mas descreve igualmente um conjunto de princípios ideológicos que identifica uma perspectiva de análise diante dos processos e mecanismos que orientam o funcionamento da economia ocidental.

Esses princípios têm a sua origem e seu fundamento no liberalismo clássico, que se caracteriza por uma perspectiva de mundo que remonta, pelo menos, até Adam Smith⁴. Contudo, pode-se afirmar que os princípios basilares do liberalismo foram formulados ao longo do século XVIII com [...] “os teóricos do Direito Natural como os pensadores que representam os antecedentes do pensamento político liberal, preocupados com a problemática da natureza e organização do poder em um momento em que se produziam transformações sociais” (BIANCHETTI, 1996, p.47).

Tais princípios podem ser assim sintetizados:

- O indivíduo é a fonte de seus próprios valores morais. Portanto, com um compromisso irrestrito com a liberdade pessoal, que supõe a não intervenção na busca de suas metas privadas;

⁴ Provavelmente Kircaldy, Fife, 5 de junho de 1723 - Edimburgo, 17 de julho de 1790. Economista escocês, um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Entre 1764-1766 morou na França, convivendo com Quesnay, Turgot e outros. Ao retornar a seu país, a preocupação com os fatores que produziriam o aumento da riqueza da comunidade, o levaria a escrever, em 1776, sua obra célebre, *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. A publicação do livro coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. Nele, Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam no bem-estar coletivo (SENDRONI, 2002, p. 565).

- [...] “uma política de estrita liberdade econômica, que habitualmente se denomina *laissez faire*”⁵;

- Uma doutrina do governo limitado e restringido a garantir as funções básicas de organização e funcionamento da sociedade, de maneira especial, a liberdade, a segurança e a justiça.

Todavia, o Liberalismo Clássico entrou em crise já nos fins do século XIX e, particularmente nos EUA e no Reino Unido, o termo liberal começou a ser empregado com frequência para descrever um liberalismo intervencionista ou social. Ainda que liberal, no sentido político, chegou a identificar-se com aquele que assumiu propensão pela intervenção do Estado para corrigir, de maneira particular, as injustiças sociais, uma vez que o Estado de Bem-Estar incorporava [...] “critérios outros que aqueles de mercado, isto é, critérios sobre a utilidade social de certos bens, a necessidade de padrões mínimos de saúde e educação, em suas decisões relativas à produção, à locação e consumo de bens” (BIANCHETTI, 1996, p.32).

O Estado de Bem-Estar, porém, deve ser compreendido como um conjunto de medidas e ações públicas que procuravam garantir a todos os cidadãos de uma nação o acesso a um mínimo de serviços públicos capazes de melhorar ou potencializar suas condições de vida. Tal conjunto de ações, referentes à intervenção direta das estruturas públicas na melhoria do nível da população e ao fato de que tais ações são reivindicadas pelos cidadãos como direito, devem ser situadas nos 20 e 30 do século XX. A Primeira Guerra Mundial, como mais tarde a Segunda, permite experimentar a maciça intervenção do Estado tanto na produção (indústria bélica) como na distribuição (gêneros alimentícios e sanitários). Mas a grande crise de 1929 - o pior e o mais extenso período de recessão econômico do século XX, caracterizado por uma crise de superprodução, em que a oferta (mercadorias) era maior que a demanda (consumidores) -, com as tensões sociais criadas pela inflação e pelo desemprego provocam, em todo o mundo ocidental, um intenso aumento dos gastos públicos para a sustentação do emprego e das condições de vida dos trabalhadores.

Para Bobbio (2000, p.417),

⁵ *Laissez-faire*. Um termo francês que em tradução aproximada significa “permissão para fazer”, conta com duas principais definições sociológicas. É associado à descrição de Adam Smith sobre o papel ideal do Estado em relação ao capitalismo, que implica nada fazer e deixar que os capitalistas e os mercados regulem a si mesmos. Segundo o capitalismo do *laissez-faire*, a competição (concorrência) assegura que os bens que indivíduos querem comprar serão produzidos em abundância e vendidos aos preços que estão dispostos a pagar (JOHNSON, 1997, p.134).

O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, reduzindo consideravelmente as possibilidades da utilização do *Welfare* em função do assentimento ao sistema público. Alguns Estados são obrigados a limitar a intervenção assistencial, quando o aumento da carga fiscal gera em amplos estratos da opinião pública uma atitude favorável à volta à contribuição baseada no princípio contratualista.

O Estado de Bem-Estar, ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político. Essa orientação política predominou até meados dos anos sessenta, quando se constata uma considerável quebra da separação entre sociedade (ou mercado, ou esfera privada) e o Estado (ou política, ou esfera pública), tal como era constituída na sociedade liberal. E nova relação que se estabelece entre “o Estado e a sociedade é entendida em termos de equilíbrio, de compromisso e de coexistência pacífica, se bem que com o rompimento da separação” (BOBBIO, 2000, p.418). A crise fiscal do Estado é tida como um vestígio do antagonismo natural entre as duas funções do Estado assistencial: “o fortalecimento do consenso social, da lealdade para com o sistema das grandes organizações de massa, e o apoio à acumulação capitalista com o emprego anticonjuntural da despesa pública” (BOBBIO, 2000, p. 418). Por isso, a singular relação estabelecida entre Estado e sociedade pelo *Welfare State* deixa de ser entendida em termos de equilíbrio, mas como elemento que levará à natural eliminação de um dos dois polos.

As causas dessa crise não devem, porém, ser interpretadas de maneira uníssona. Há um grupo de pensadores, entre os quais Habermas (1973), que sustentam a posição de que o Estado assistencial traz como resultado a estatização da sociedade. Assim, “trabalho, rendimento, chances de vida não são mais determinados pelo mercado, mas por mecanismos políticos que objetivam a prevenção dos conflitos, a estabilidade do sistema, o fortalecimento da legitimação do Estado” (BOBBIO, 2000, p. 418). A vontade política não se forma mais pelo livre jogo das associações na sociedade civil, mas se solidifica por meio de mecanismos institucionais que atuam como filtro na seleção das solicitações funcionais ao sistema. Partidos, sindicatos e Parlamento

operam como organismos dispensadores de serviços, trocando-os pelo apoio politicamente disponível (BOBBIO, 2000, p.419).

Por outro lado, a crise do Estado de bem-estar pode ser compreendida como um processo de socialização do Estado. Nessa perspectiva, o Estado assistencial difundiu, segundo Bobbio (2000, p. 419), uma ideologia igualitária, que

tende a deslegitimar a autoridade política; a disposição do Estado a intervir nas relações sociais provoca um enorme aumento nas solicitações dirigidas às instituições políticas, determinando a sua paralisia pela sobrecarga da procura; a competição entre as organizações públicas leva à impossibilidade de selecionar e aglutinar os interesses, causando a total permeabilidade das instituições às demandas mais fragmentadas.

Nesse contexto, a saída da crise fica entregue à capacidade de resistência das instituições, à sua autonomia em face das pressões de grupos sociais, numa perpétua atitude reivindicativa. Esse panorama afeta o Estado benfeitor na sua natureza e no seu fundamento, por causa da crise econômica e política que se instala nessa década, mudando de maneira radical a perspectiva da necessidade da intervenção do Estado.

Nessa conjuntura é que se insere a implementação de um novo e amplo processo de reestruturação do capital, com vistas a recuperar o seu ciclo produtivo, afetando intensamente o mundo do trabalho ao promover mudanças significativas na forma de organização da classe dos trabalhadores assalariados. Juntamente com o Estado Benfeitor entra em decadência o modelo de produção taylorista/fordista que vigorou na grande indústria ao longo do século XX. Assim, após um período bem sucedido de acumulação de capitais, entre os anos de 1950 e 1960 que correspondem, igualmente, à crise do fordismo e do keynesianismo, o capital passa a dar mostras de um quadro crítico, que pode ser observado por alguns elementos, como:

A tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a desvalorização do dólar, indicando a falência do acordo de Breeton Woods; a crise do *Welfare State* ou do “Estado de Bem-Estar Social”; a intensificação das

lutas sociais (com greves, manifestações de rua) e a crise do petróleo que foi um fator que deu forte impulso a esta crise. (PEDROSO, 2004, p. 1).

O método de produção desse modelo pautava-se na separação entre gerência, concepção controle e execução. O que havia em especial em Henry Ford e que torna possível a distinção do fordismo (marcado pela categoria tempo) do taylorismo (marcado pela concepção de série) era o seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, em suma, um novo tipo de sociedade democrática e racionalizada (PEDROSO, 2004). Ford lança, assim, os fundamentos de um sistema em que os próprios trabalhadores deveriam ser considerados também como consumidores, e não apenas como mão-de-obra empregada no limite de suas possibilidades.

Assim, em síntese, salienta Pedroso (2004, p.2):

Podemos afirmar que o sistema taylorista/fordista caracteriza-se pelo: padrão de acumulação em massa, objetivando reduzir custos de produção bem como ampliar o mercado consumidor; produção homogeneizada e enormemente verticalizada obedecendo à uniformidade e padronização, onde o trabalho é robotizado, disciplinado e repetitivo; parcelando as tarefas, o que conduzirá o trabalho operário à desqualificação.

Repetir a mesma operação mecânica várias vezes por dia não conduzia e tampouco incentivava qualquer crescimento intelectual, provocando, inclusive, a insatisfação com o trabalho, uma vez que não havia um processo de identificação com ele. O fordismo, então, estimulava o estranhamento entre trabalhador e trabalho.

Nesse ambiente, muitas insatisfações emergem dos indivíduos devido à rigidez desse modo de produção, uma vez que esse comportamento implicava a intensificação de trabalho extenuante e a eliminação do saber do indivíduo como elemento constitutivo do processo de trabalho. Constata-se, a partir de então, “um movimento generalizado de lutas e resistências nos locais de trabalho, que havia se desqualificado e mesmo destruído o saber daqueles trabalhadores de ofício, que tinham um determinado controle e autonomia no seu trabalho” (PEDROSO, 2004,

p.2). A emergência da contradição entre autonomia e heteronomia, própria do processo de trabalho fordista, adicionada pela contradição entre produção e consumo, intensificava os pontos de saturação desse modelo.

Por conseguinte, os movimentos sociais, as mobilizações nas ruas e nas fábricas tornam o fordismo improdutivo. Por isso, à medida que cresce o acirramento das lutas de classes e a recusa dos trabalhadores a submeter-se à gestão fordista, implicava, igualmente, numa crise do regime de acumulação intensiva, possibilitando a visualização de uma crise de caráter estrutural.

Da crise do modelo fordista nasce um novo modelo, fundamentado em fórmulas inovadoras, no objetivo de superar as falhas do taylorismo/fordismo. Esse modelo, chamado de toyotismo, estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, por meio de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 1970. Em vez do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Em vez da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Em vez de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a satisfação da equipe que está na sequência da sua linha (ANTUNES, 2000, p.36).

O modelo toyotista elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Oculta, porém, retomando a posição de Mézáros (1995), a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital, que, por não ter limites, configura-se como ontologicamente incontrolável.

Nessa nova etapa do modo de produção capitalista, o Estado deixa de ser a solução e passa a ser o problema, porque, segundo seus críticos, esta instituição, para legitimar-se, atendendo as necessidades da população via políticas sociais, gastou mais do que devia, provocando uma crise fiscal. Também porque, “ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado” (PERONI, 2006, p.13).

Desse modo, a ideologia do neoliberalismo emerge como uma reação política e teórica enfática contra o Estado de Bem-Estar ou intervencionista e à necessidade de se implementar um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas a recuperar o seu ciclo de produção nascidos também da crise do modelo fordista/taylorista, que promoveram mudanças importantes na forma de organização do trabalho. Foi de Frederick Hayek o livro - *O caminho da servidão* - escrito em 1944, que forneceu as bases teóricas do neoliberalismo. Do ponto de vista político-

ideológico, neoliberalismo é uma “superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” (THERBORN, 1995, p.39).

O neoliberalismo é um corpo de doutrina coerente, “autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p.22). Ou seja, um programa de reformas e ajustes estruturais de efeito ampliado pelo monopólio da ciência e das novas tecnologias, o que possibilitou uma expansão do capital até atingir a atual etapa de globalização (CORRÊA, 2000, p.39).

O texto de Hayek trata-se “de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p.9). Dessa forma, torna-se evidente que a pretensão de Hayek e dos participantes da Sociedade Mont Pèlerin⁶ era combater o keynesianismo e o solidarismo que imperavam, a fim de preparar os fundamentos de um capitalismo diferente, totalmente livre de regras para o futuro. Para esse teórico, o igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (p.10).

Durante um período considerável, essas ideias ficaram em latência, mas, a partir da década de 1970, chega a crise do modelo econômico pós-guerra, fazendo o mundo capitalista avançado cair numa profunda e longa recessão. Para o neoliberalismo, as políticas sociais implementadas no

⁶ A sociedade do Mont Pèlerin foi fundada em 1947 pelo economista austríaco August Friedrich von Hayek. Ensinou na universidade de Chicago. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1974; depois, cinco dos seus alunos sucessivamente foram honrados igualmente pelo júri Nobel. A sociedade do Mont Pèlerin tira o seu nome da estância suíça próxima de Montreux. Reúne-se em sessão uma semana por ano, de cada vez numa cidade diferente. Em 1994, em Cannes, participaram cerca de quatrocentas e cinquenta personalidades. Esse clube, muito fechado, felicita-se de contar com Margaret Thatcher e Alain Madelin entre os seus membros. O seu presidente actual é um francês, o professor Pascal Salin (Paris-Dauphine), que sucedeu a Edwin J. Feulner (presidente de The Heritage Foundation). As teorias ditas «libertarianas» de Hayek estigmatizam as políticas de reactivação do consumo que, segundo ele, distorceriam os preços e provocariam a prazo um desemprego em massa. Compreendem também uma espécie de antropologia. Hayek denuncia o imobilismo da ordem natural, assim como utopias que pretendem «do passado fazer tábua rasa». Opõe-lhes o mercado como único modo de melhoria da ordem natural, logo, como única fonte de progresso. Em matéria constitucional, Hayek desenvolve um esquema original. As instituições seriam compostas de duas assembleias: a primeira, de vocação legislativa, votaria as receitas do orçamento; enquanto a segunda, de vocação executiva, votaria as despesas (<http://www.infoalternativa.org/mundo/mundo176.htm>. Acesso em: 06set.2008).

Estado de Bem Estar Social, baseadas numa maior distribuição de renda, constituem-se num saque à propriedade privada, “além de serem um obstáculo ao livre andamento do mercado, visto que os impostos oneram a produção” (PERONI, 2006, p.13).

Assim, o surgimento do neoliberalismo, nesse período, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos, deve ser compreendido com base em algumas condições históricas, tais como: as figuras políticas de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos EUA, a crise pela qual passava a economia mundial no contexto da gênese do neoliberalismo e a crise do petróleo, que corroborou para a recessão econômica. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, impuseram uma nova legislação antisindical e cortaram os gastos sociais. E, finalmente, esta foi uma medida surpreendentemente tardia, “se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água” (ANDERSON, 1995, p.12).

Por sua vez, Ronald Reagan, na sua política interna, também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e reprimiu greves. Mas, decididamente, “não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana” (ANDERSON, 1995, p.12). Nesse caso específico, a prioridade liberal se referia mais à competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para destruir a economia soviética, ao mesmo tempo que buscava derrubar o regime comunista na Rússia.

Por fim, é atribuída à intervenção do Estado o desemprego em massa e a debilidade do crescimento, uma vez que se começa, então, a [...] “manifestar-se um estancamento econômico, acompanhado de um processo de estagflação⁷, que reflete a existência de problemas estruturais no padrão de acumulação do crescimento” (BIANCHETTI, 1996, p. 29). Esse cenário corrobora a posição de Milton Friedman, para quem [...] “a intervenção governamental é maléfica em si, afinal os grandes

⁷ “Situação na economia de um país na qual a estagnação ou o declínio do nível de produção e emprego se combinam com uma inflação acelerada. O fenômeno contraria a teoria clássica segundo a qual a inflação tenderia a declinar com o aumento do desemprego. Fenômeno típico do pós-guerra, a estagflação tem se acentuado em quase todas as economias capitalistas desenvolvidas depois da chamada crise do petróleo (1973-1975)” (SENDRONI, 2002, p.221).

avanços da civilização [...] nunca vieram de governos centralizados” (FRIEDMAN, 1985, p.13). Assim, fica exposto à crítica o fracasso das políticas estatais, colocando em questão a eficiência do setor público na produção de serviços sociais.

No entanto, a crítica mais severa ao Estado keynesiano se referia aos gastos públicos, resultado imediato da política estatal, que interferia no processo de crescimento e no funcionamento do mercado, uma vez que incentivava as ações sociais e, portanto, coletivas, capazes de inverter o centro do funcionamento do mercado, que tende a potencializar e incentivar a ação de agentes individuais, considerados centrais no sistema econômico. Tal crítica evidencia sub-repticiamente o objetivo fundamental da política econômica neoliberal, que é a de criar as condições de possibilidade para o funcionamento flexível do mercado, eliminando os obstáculos que se impõem à livre concorrência.

Historicamente, a regulação das relações de trabalho esteve fortemente ancorada ao Estado. Por essa razão, sua retirada do mercado de trabalho suscitou uma situação de turbulência moral. (BEYNON, 1998, p.36). As reformas neoliberais adquiriram várias formas e matizes, mas alguns elementos estiveram presentes em todas elas: assim como a “remercantilização da força de trabalho, a contenção ou desmontagem dos sindicatos, a desregulação dos mercados de trabalho e a privatização de muitos serviços sociais que estiveram previamente em mãos do Estado” (FIORI, [S.d.], p.13). Dessa maneira, pode-se dizer que “governos neoliberais propõem noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado” (GENTILI, 2001, p.114).

Ao fazer sua a teoria do livre câmbio e apoiando-se em ideologias várias para justificar sua visão de mundo como um grande mercado, o neoliberalismo imprime uma percepção de que todas as pessoas e países podem competir nas mesmas condições de igualdade, segundo suas próprias possibilidades. Como se depreende, o que caracteriza fundamentalmente o neoliberalismo é o alargamento do raio de ação da lógica do mercado. Portanto, a ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, que não podem ser reduzidas, ou diminuídas, ao aspecto econômico somente. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção e esse afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto,

deve ser feita pelas forças do mercado, as mais racionais e eficientes possíveis.

Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc., abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. A concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também a reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Na medida em que esse Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, “máximo” para o capital. O suporte do fundo público (estatal) ao capital não só não deixa de ser aporte necessário ao processo de acumulação, como também se maximiza diante das necessidades cada vez mais exigentes do capital financeiro internacional. O Estado Mínimo, nesse sentido, deve ser entendido como uma concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo.

Esse cenário nos permite dizer que o Estado capitalista foi criado pela burguesia para reproduzir, na sua estrutura e funcionamento, as características das relações sociais e econômicas que constituem esse modo de produção. O Estado se constitui como um complexo de práticas e teorias que justificam e mantêm o domínio, ao mesmo tempo que conquista o consentimento daqueles sobre os quais exerce o domínio. Nessa perspectiva, as políticas sociais se apresentam como estratégias promovidas pela classe hegemônica para implantar e desenvolver determinado modelo social: “Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social” (BIANCHETTI, 1996, p.88). Portanto, podem estar em estreita relação com as necessidades e os interesses de concentração de capital.

Por conseguinte, o projeto neoliberal, que se apresenta fundamentalmente conservador, supõe a elaboração de um espaço que torna possível pensar o econômico, o social e o político dentro, unicamente, das categorias que justificam o arranjo social capitalista. Tal ofensiva necessita ser vista, sobretudo, como uma luta para criar categorias próprias, noções e terminologias por meio das quais se podem nomear a sociedade e o mundo. E mais: a assimilação de tais terminologias e noções, tais como: qualidade total, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, modernização da escola, “nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura das universidades aos financiamentos

empresariais, pesquisas práticas, utilitárias e produtividade” (SILVA JÚNIOR, 1996, p.42) são capazes de imprimir uma performatividade, ou seja, um jeito de ser, agir e ver o mundo naqueles que incorporam tais terminologias e noções. Essa lógica, perceptivelmente excludente, precisa, para sua perpetuação e funcionamento, ser internalizada e assumida como perspectiva única das pessoas. Para tanto, necessita de veículos que disseminem essa representação de mundo.

As políticas educacionais como mediadoras do processo de reprodução do modelo neoliberal

É inegável que os processos sociais mais abrangentes de reprodução do modo de produção capitalista e os processos educacionais encontram-se intrinsecamente unidos. À educação sempre coube a função histórica de mediar os projetos políticos que tanto podem ser “democráticos como autoritários, includentes ou de exclusão das majorias e, portanto, local onde se articulam interesses diversos e antagônicos, local de disputa ideológica e de hegemônias” (CORRÊA, 2000, p.50).

A educação, por meio das políticas públicas, marcadas pelos interesses dos grupos hegemônicos, e, portanto, marcada pela lógica do mercado, tem assumido o papel de preparar cidadãos acríticos capazes, unicamente, de desempenhar funções de perpetuação e acirramento de tal lógica.

Os indivíduos, na medida em que internalizam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação de mundo possíveis, “aceitam - e confiam - no mercado como o âmbito em que, “naturalmente”, podem - e devem - desenvolver-se como pessoas humanas” (GENTILLI, 1995, p.228).

A “mercantilização de tudo”, nessa fase do capitalismo, implica atingir os homens, suas relações e práticas sociais - suas vidas, sua educação, suas consciências, por meio de um processo de doutrinação neoliberal utilizando, inclusive, as novas tecnologias de comunicação. Daí a importância, segundo Corrêa (2000, p.51), de compreender esse processo identificando os limites e as possibilidades de uma reelaboração das consciências no interior mesmo do movimento hegemônico. O discurso neoliberal redesenha o cenário da vida social e política a partir dos valores e princípios neoliberais em nível mundial, mas dentro das particularidades locais e regionais.

O neoliberalismo é mais do que uma alternativa teórica, econômica, ético-política, educacional porque constitui uma ideologia que, ao ser introjetada pelo senso comum, “pode tornar-se hegemônica como se fosse a única leitura possível e viável para os problemas criados

pelo próprio capitalismo” (CORRÊA, 2000, p.41). Ao invadir as consciências, constrói um senso comum presidido pelos valores neoliberais, desenvolvendo, assim, um processo de naturalização da exclusão e das formas de violência contra grupos e populações deixadas à sua própria sorte.

Tal processo é implementado, inclusive, por escolas e movimentos de tendência neoliberal que, com unanimidade, propagam a centralidade do econômico como o “elemento estruturador das relações sociais, ou seja, a utilização das categorias econômicas para analisar as relações sociais, o papel do Estado e da política” (CORRÊA, 2000, p.41). Nesse contexto, a educação é transferida do âmbito dos direitos para o âmbito privilegiado do mercado, transformando-a de um direito social para um serviço, uma mercadoria que deve ser adquirida no livre mercado, uma vez que a educação é redefinida segundo a lógica do mercado pelas reformas neoliberais.

Ainda para Corrêa (2000, p.46), as políticas neoliberais de educação são impostas por organismos nacionais e internacionais, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), dentre outros, que definem como o conjunto das nações devem se ajustar à globalização do capital e ao neoliberalismo. A interferência do Banco Mundial no âmbito educacional está se ampliando desde a década de 1970, tanto pelo poder de suas orientações, no sentido de produzir as reformas educativas, como pelo volume dos recursos financeiros aplicados. Esse ordenamento objetiva:

1. Adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social;
2. Estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico;
3. Subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a essa lógica (WARDE, 1998, p. 11).

Essas reformas na educação, ditadas pelo Banco Mundial para o Brasil e vários países da América Latina,

representam uma proposta articulada organicamente, um pacote de medidas a partir de uma ideologia neoconservadora e neoliberal, com um viés economicista no enfoque da educação, isto é, tratando a educação, a cultura e a política com a mesma teoria e metodologia de uma economia de mercado. A reforma educativa passou a ser entendida como restrita a uma reforma do *sistema escolar*, que precisa ser urgentemente mudado. (CORRÊA, 2000, p.47).

Essa orientação, porém, mascara a realidade, uma vez que a educação é somente uma das expressões objetivas do modo como a sociedade produz e reproduz a sua própria existência. E a ideologia liberal desconsidera as dimensões estruturais das questões educacionais, como a econômica, a ética, a política, reduzindo-as somente a problemas administrativos. Essa realidade vale igualmente para as esferas teóricas e epistemológicas, pois a educação e o conhecimento também foram subordinados à lógica da produção e do mercado.

Na realidade, o papel da educação, nesse contexto, é o de “produzir cidadãos que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos ‘participativos’, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos do consenso passivo” (FRIGOTTO, 1998, p.48). O padrão mercantil promove o individualismo, desmobiliza ações de solidariedade e de participação social, mas tranquiliza a consciência, uma vez que a lógica do modelo é considerada a lógica da natureza: vence o mais capaz (CORRÊA, 2000, p.41).

Dito de outra forma, a educação tornou-se uma peça no mecanismo de acumulação do capital ao estabelecer consensualmente a reprodução do injusto sistema de classes. Tornou-se mecanismo de perpetuação do sistema, em vez de instrumento da emancipação do homem. A necessidade de buscar a adesão, o consentimento e a legitimação para as reformas neoliberais fizeram com que a consciência adquirisse importância fundamental nesse vasto processo de elaboração e consolidação da tendência hegemônica do neoliberalismo nessas últimas décadas.

No entanto, apesar de usar várias formas para dificultar a luta para a transformação dos homens e dessas perversas estruturas sociais vigentes, não consegue impedir que surjam iniciativas contrárias à hegemonia do capitalismo mundializado, como sistema político, econômico e social e da superestrutura ideológica que o acompanha nessa fase de seu desenvolvimento histórico, o neoliberalismo. Esse processo histórico e contraditório possibilita o surgimento de formas contrárias de resistência a essa lógica.

Portanto, o neoliberalismo é um fenômeno contraditório em si mesmo. Ou seja, nele existem forças contrárias que geram ora um movimento de afirmação, ora de negação, e até mesmo de superação. A contradição no neoliberalismo expressa a complexidade das forças presentes em determinado fenômeno da realidade, expressando e materializando as relações de força que o compõem.

A diminuição da interferência e das responsabilidades do Estado, o descaso e as políticas antidemocráticas são as maiores geradoras do

próprio movimento contraditório no interior do neoliberalismo, como é o caso, por exemplo, dos movimentos sociais. Eles surgem e se organizam no âmbito da sociedade civil, em confronto com o Estado, ou, algumas vezes, em ações complementares ao próprio Estado. Esses movimentos, via de regra, quando genuinamente nascidos das bases organizadas da sociedade civil, debatem e elaboram propostas e reivindicações que sinalizam saídas concretas para suas necessidades básicas, tendo em vista a implementação de políticas públicas que atendam a essas mesmas necessidades, na direção de um direito conquistado.

Como exemplo, dentre muitos, da ação dos movimentos sociais na esfera da educação, mais especificamente, na educação superior, mencionamos o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Por pressão do movimento negro sul-mato-grossense, que exigia a implantação de cotas nas universidades públicas, iniciou-se um amplo debate político no Estado. Diante da “situação de desigualdade, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os movimentos sociais organizados de Mato Grosso do Sul começaram a pressionar os poderes públicos a formularem políticas e incorporarem ações que visassem a modificar tais indicadores” (BITTAR; ALMEIDA, 2006, p.7). Para essas mesmas autoras (p.12-13), o sistema de cotas

[...] possibilita uma concorrência mais equitativa, uma vez que se oferecem condições concretas de igualdade de acesso, pois nas vagas gerais muitos dos que concorrem são provenientes de escolas privadas, colocando-os, automaticamente em posição privilegiada para obter aprovação no vestibular.

Assim, a UEMS, a exemplo de outras universidades públicas, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), implantou, em 2003, pela Lei n. 2.605/03, de 06/01/2003, a política de cotas para negros na educação superior. Esse movimento abriu um “amplo processo de discussão com a comunidade interna e externa sobre os critérios a serem estabelecidos para atender ao requisito de reserva de 20% das vagas para negros em seus cursos de graduação” (BITTAR; ALMEIDA, 2006, p.10).

Doravante, algumas experiências estão sendo desenvolvidas por grupos que estão emergindo na sociedade e fazendo as resistências e as

diferenças contra as formas regulatórias do Estado nos princípios neoliberais, com base em práticas emancipatórias.

O papel da educação é, assim, único, tanto para o planejamento de meios adequados e apropriados para transformar as condições objetivas de reprodução, como para a efetivação de uma mudança metabólica radical nos indivíduos, por meio de uma automudança consciente. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “efetiva *transcendência da auto-alienação do trabalho* seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional” (MÉSZÁROS, 2005, p. 15).

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser outro senão o de perseguir, de modo planejado e consistente, uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados e que tenham o mesmo espírito, como salienta Mézáros (2005).

Conclusão

A educação não está imune às transformações da base material da sociedade. Por isso, tanto as políticas sociais como as políticas educacionais estão sendo hoje orientadas pelas proposições capitalistas que consideram o mercado o eixo das relações sociais. As políticas sociais foram jogadas às leis do mercado, como bem assinala Sanfelice (2001).

Doravante, a educação, que poderia ser um instrumento eficaz e essencial para a mudança, tornou-se meio daqueles estigmas da sociedade capitalista ao “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitimem os interesses dominantes” (MESZÁROS, 2005, p. 15). Porém, a emancipação humana, possível pela educação, é o objetivo central dos que lutam contra a intolerância e a alienação da sociedade mercantil.

Para que tal realidade seja possível, dois conceitos devem ser tomados como prioritários: a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora e a universalização da educação. É por isso que é necessário, como observa Mézáros (2005), romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. Mas não podemos nos esquecer o que disse Mézáros em outra obra (2002, p.16), que é impossível “superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema”. Para tanto, a educação não pode estar desvinculada do destino do trabalho humano, haja vista que “um sistema que se apóia na separação entre trabalho e capital, que quer a disponibilidade de uma enorme massa

de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores, que permitem a sua reprodução” (MÉSZÁROS, 2005, p. 15).

Há a necessidade de se recuperar a verdadeira lógica da educação, que é a de potencializar a capacidade humana de interagir com o mundo de forma consciente e ativa. Consciência supõe a capacidade de fazer uma leitura crítica da estrutura em que se vai atuar, por meio de uma práxis transformadora, no exercício responsável da cidadania. Todavia, essa realidade só será possível se o profissional da educação for, igualmente, capaz de perceber primeiro a complexa estrutura - excludente e reificadora - por meio de uma leitura criteriosa e crítica do mundo, podendo, assim, apresentar-se como mediador da ação consciente do aluno no contexto histórico no qual se encontra inserido.

Utopia? Talvez! Mas ser um utópico, segundo Löwi (1998), é possibilitar uma alternativa crítica e subversiva à ideologia neoliberal, que se propõe a veicular formas de representação e de valores que visam a manter ou fortalecer a ordem estabelecida que institua uma visão de mundo conservadora e legitimadora da realidade e da história. Toda *utopia* traz em si mesma uma crítica ao *topos*.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-38.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Boitempo Editorial: São Paulo, 1998. p.9-38.
- BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo liberal e políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e Controvérsias sobre a Política de Cotas para Negros na Educação Superior. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/inicio.htm>>. Acesso em: 26.dez.2009.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CORRÊA, Vera. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.
- FIORI, José Luis. *Estado do bem-estar social: padrões e crises*. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/br/artigos>>. Acesso em: 26.nov.2009.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- _____. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- HAYEKE, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Instituto Liberal, 1994.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LÖWI, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- MÉSZÁROS, Isteván. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PEDROSO, Márcia Nair Cerdote. *A crise do modelo de produção taylorista/fordista e a emergência do toyotismo*. Trabalho apresentado como requisito de avaliação da disciplina "Globalização e Política", no curso de especialização em Pensamento Político Brasileiro da UFSM, no 2º semestre de 2004.
- PERONI, Vera Maria Vidal. *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- SANFELICE, José Luis. Pós- modernidade, globalização e educação. In: LOM BARDI, José Claudinei (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, Caçador, SC: UNC, 2001. p.3-12.
- SENDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.
- SILVA JUNIOR, Celestino. *Infância, educação e neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- WARDE, J. M.; TOMMASI, Livia de; HADDAD, S. (Orgs.). *O banco mundial e as políticas educacionais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Recebido em: 15/06/09
Aprovado em: 04/01/10